



Ministério da  
Fazenda



## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Marinheiro

Processo: 10280-723.641/2024-76

Classificação: Documento público de livre acesso

Pelo presente, declaro que, para elaboração do presente edital, utilizei a minuta padrão de Edital, Termo de Referência e Contrato, disponíveis no site da Advocacia-Geral da União – AGU na época da preparação dos documentos. Os modelos e suas datas de atualização constam em nota de rodapé.

Declaro, ainda, que os únicos itens que foram modificados ou excluídos em mencionada minuta estão todos destacados na **cor vermelha (exclusões tachadas)**. As justificativas para alterações estão apresentadas a seguir:

### EDITAL:

- 1.1. Especificação de serviço de mão de obra terceirizada para aceitar atestado de capacidade técnica também para outros postos similares ou genéricos
- 1.2 Item único
- 2.5 e 2.6. Licitação sem participação exclusiva de micro e pequenas empresas
- 2.5.9 e 2.5.10. Vedação para consórcio e cooperativa conforme editais anteriores de mão de obra
- 4.7. Serviço de mão de obra em geral não permite o simples nacional, conforme nota explicativa da minuta padrão
- 5.8. Valor para intervalo mínimo de lances permite diferenciação e disputa unitária
- 6.8.5. e 6.12. Exigir isonomia no uso da planilha de custos
- 6.9.1. e 6.9.2. Prever hipótese de diligência simples para deságio acima de 50% na taxa de lucro orçada pela administração. Em serviços de mão de obra terceirizada, não é cabível analisar o deságio sobre o valor monetário, pois custo global possui diversas rubricas irredutíveis de CLT/CCT, sendo que o principal "componente" de disputa de preços é, essencialmente, a taxa de lucro e de custos indiretos. Assim, sugere-se que, no caso específico de mão de obra terceirizada, o percentual de 50% seja aplicado sobre o componente verdadeiro de disputa (lucro e de custos indiretos) e ao invés do valor financeiro final ("inútil"). Além disso, verifica-se que o texto aqui proposto, nunca desclassifica ninguém automaticamente e tão somente orienta hipótese de fazer diligência e prever critério explícito e objetivo para resolver a diligência, sem o qual ficaria complicado para o Pregoeiro negar uma proposta e aceitar outra próxima. Assim, sugere-se pedir comprovante simples para taxas 50% menores, sem criar absolutamente nenhum impedimento e nem qualquer tipo de proibição contra essas taxas, e tão somente pedir algum comprovante abaixo desse limite. Destaca-se que o texto sugerido não impõe nenhum valor mínimo, e tão somente exige comprovante a partir de determinado limite. Se enviar comprovante, aceita-se qualquer valor. Sem comprovante, não seria aceitável deságio acima de 50%. S.m.j., entende-se que isso não contraria a Decisão STJ firmada no Tema Repetitivo n. 1038: "Os editais de licitação ou pregão não podem conter cláusula prevendo percentual mínimo referente à taxa de administração, sob pena de ofensa ao artigo 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993". Regra similar já foi adotada e aprovada em Pregões anteriores, remontando ao ano de 2022, a exemplo do proc. 10240-737.546/2022-64, quando a redação era um pouco diferente porque o modelo de Edital era baseado na antiga Lei 8.666/93.
- 6.9.3. Exigir isonomia na cotação de VT, CCT e Módulo 4 de reposição, conforme Editais anteriores desde 2022, a exemplo do proc. 10240-737.546/2022-64.
- 6.12 a 6.15. Regras conforme editais anteriores de mão de obra
- 9.4.1. Legislação fixa multa mínima de 0.5%.
- 9.4.2. Percentual mínimo do item anterior x10.
- 11.10. A publicação adicional no site da Receita Federal é facultativa.



Ministério da  
Fazenda



### TERMO DE REFERÊNCIA:

- 1.3. Horário de expediente.
- 1.6. Prazo tradicional de 12 meses.
- 4.1. Vedar subcontratação, conforme já feito e testado em contratações anteriores, tendo se mostrado adequado às necessidades do órgão
- 5. Regras do serviço conforme Editais anteriores deste órgão. As atividades são padronizadas já estão descritas na CBO. Esses itens foram usados e testados em contratos anteriores e se mostraram adequados às necessidades do órgão. São autoexplicativos e é dificultoso tecer maiores explicações da sua necessidade e pertinência. Sobre o item 2.5 do Anexo V da IN/SEGES nº 05/2017, entende-se que o conteúdo das alíneas 'a' e 'f' está satisfatoriamente descrito e que as demais alíneas não se aplicam ao presente caso.
- 6.7. Contrato terá vários locais de prestação de serviço e é inviável exigir preposto em todos locais. Considerando inclusive a possibilidade de reunião virtual, trocou-se exigência de presença física em local por disponibilidade de forma genérica.
- 8.4 e 8.16. Praxe interna de fixar prazo de 10 dias úteis, conforme já feito e testado em contratações anteriores, tendo se mostrado adequado às necessidades do órgão
- 7.31. Uso do IPCA amplo como indicador oficial de inflação
- 8.26.1. Exigir tempo de experiência equivalente ao da contratação
- 8.26.2. IN 05/2017 continua vigente e válida no âmbito da nova Lei 14.133/21 e seu texto autoriza expressamente exigir quantitativo equivalente ao da contratação se menor que 40, como no presente caso
- 8.28. Traduzir de forma mais clara e explícita como se faz a soma de atestados diferentes, para facilitar entendimento e orientar a correta participação dos licitantes
- 8.29. Exigir comprovação dos atestados para garantir veracidade, conforme Editais anteriores
- 8.30. Padronizar informações mínimas dos atestados para garantir sua efetividade.

### CONTRATO:

- Sem alterações relevantes, apenas preenchimento de dados básicos de objeto e órgão
- 12.2-iv. (1) Percentual de 1% para multa, conforme já feito e testado em contratações anteriores, tendo se mostrado adequado às necessidades do órgão. (3) Multa compensatória pelo percentual mínimo de 10%.
  - 12.2. Opção pelo pagamento com Conta Vinculada, vide consulta jurídica no e-processo 10240-722.787/2022-17
  - 12.4.3. Praxe interna de fixar prazo de 10 dias úteis, conforme já feito e testado em contratações anteriores, tendo se mostrado adequado às necessidades do órgão

*(datado e assinado digitalmente)*

**GUSTAVO AMORIM ANTUNES**

Equipe Regional de Licitações  
Portaria SRRF02 n. 233/2023



**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 08/05/2024 16:59:38 por Gustavo Amorim Antunes.

Documento assinado digitalmente em 08/05/2024 16:59:38 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 03/06/2024.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP03.0624.13499.69YU**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**

**890CB1FF5E7C2E31798F147154151F2378BD92B12CC9BD0268FB50EF54409FF5**